

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho — **Conselho Editorial:** Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Fim de uma etapa

A decisão favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney, tomada anteontem pelo Congresso constituinte, encerra uma fase particular do processo de transição. Ainda que contrária às aspirações da sociedade, que manifestou sua preferência pelos quatro anos, a fixação da data de 15 de novembro de 1989 para a primeira eleição presidencial direta a ser realizada no país, desde 1960, significa a superação de um lamentável período em que a política brasileira girou incessantemente em torno das tentativas do Planalto de evitar a convocação do pleito em 88. A frase do deputado Ulysses Guimarães, ao fim da votação, afirmando que havia acabado “a moeda de troca”, resume perfeitamente o papel que as pretensões do governo representaram na articulação de um sistema de alianças fisiológicas, montado às custas de concessões e do loteamento desmedido da máquina pública.

Em nome dos cinco anos e, portanto, da necessidade de criar uma base majoritária de apoio ao presidente no Congresso e nos Estados, desenvolveu-se uma ampla estratégia de disseminação de vantagens, promessas de privilégios e ameaças de retaliação. A política reduziu-se, mais uma vez, a um mercado de trocas, regido pela máxima “é dando que se recebe”, transportada pelo deputado Roberto Cardoso Alves de uma oração a São Francisco de Assis para o contexto do comércio de cargos e posições.

Mas resolvido, finalmente, o tempo do mandato, o processo político caminha para uma etapa que pode ser genericamente definida como pré-eleitoral. O pleito para as Prefeituras, ainda ameaçado, e a sucessão presidencial começam a ocupar, desde já, um plano destacado na perspectiva das diversas forças políticas —que deverão, ainda, reformular o atual

quadro partidário, criando novas legendas. Não serão, portanto, dias de tranquilidade, como poderiam supor, equivocadamente, aqueles que imaginam que o Planalto fará, agora de “mãos livres”, tudo o que não fez em três anos.

Neste ponto, não são recomendáveis maiores ilusões. O presidente que teve o mandato fixado é o mesmo, como serão semelhantes as pressões clientelistas a que estará submetido. Os grupos que asseguraram a vitória cincoanista não irão, generosamente, rejeitar a ocupação de postos estratégicos do governo. Ao contrário, deverão disputá-los com a conhecida tenacidade. Nem os ingênuos poderiam acreditar que nestas circunstâncias —agravadas pelo fato de que Sarney dificilmente poderá evitar o envolvimento com seu delicado processo sucessório— as coisas mudarão da água para o vinho. Os compromissos serão cobrados e, salvo um improvável milagre, a oração franciscana continuará em vigor. Talvez prevendo dias de reivindicações, o próprio presidente assegurou, em entrevista à **Folha**, que não se pode esperar até o fim de seu governo uma reforma administrativa mais profunda —proposta que no ano passado foi anunciada em rede de TV, mas logo esquecida.

Igualmente, não se pode prever na área econômica mais do que tem sido feito pela atual equipe: uma política gradualista de estabilização, que continuará se defrontando com sérios obstáculos de ordem política para conter o processo inflacionário, reduzir o déficit público a níveis razoáveis e imprimir um mínimo de austeridade ao comportamento governamental.

Se os cinco anos de mandato surgiram aos olhos do presidente como uma espécie de redenção, o mesmo, infelizmente, não se aplica à sociedade brasileira.